

REDE e-TEC: ANÁLISE CRÍTICA DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Renata Luiza da Costa

PUC-GO

rldcosta@gmail.com

RESUMO

O presente artigo refere-se a resultados parciais de uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica sobre a Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio da implantação do Programa Rede e-Tec. O foco do corrente texto é a análise pedagógica da Resolução CD/FNDE N^o 18/2010 em contraposição aos objetivos nacionais colocados para a EPT da Rede Federal. Fundamentados no referencial teórico da Teoria Histórico-Cultural (VYGOTSKY, 1991; LIBÂNEO, 2006, 2011) realizamos uma análise crítica geral da organização pedagógica proposta para a Rede e-Tec nos Institutos Federais enfocando as atribuições docente e dos tutores dentro desse contexto. Como resultados parciais, explicamos que a relação do trio piramidal (professor → tutor → aluno), inserida na Rede e-Tec, não é suficiente para articular conteúdos e métodos numa didática *online* de forma a atender o perfil do egresso com formação integral, reduzindo-se a mais uma forma de ensino tecnicista e instrumental para atender ideais neoliberais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica; Rede e-Tec; Educação *Online*; Teoria Histórico-Cultural; Didática.

REDE e-TEC: ANÁLISE CRÍTICA DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

1. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação a Distância (EaD) tem sido expandida praticamente no mundo todo. Estudar a distância não é algo novo. No início do século XX foram registrados, no Brasil, os primeiros cursos via cartas. Uma grande diferença para os dias de hoje é justamente o avanço das telecomunicações. A EaD não se restringe mais aos meios de comunicação impressos. Passando das cartas para os telégrafos, telefones, rádio e TV, temos agora a internet. Todavia, não são apenas esses avanços que contribuíram para a expansão da EaD no Brasil, mas também o contexto de maior desenvolvimento econômico que o país vem passando, a globalização e a internacionalização das políticas educacionais brasileiras (BARRETO, 2006; AKKARI, 2011).

Segundo Libâneo (2006), os acontecimentos econômicos ainda influenciam muito os objetivos e as formas como se dá a educação no Brasil. Essa é uma forte característica da sociedade capitalista. A fim de atender as necessidades consideradas emergenciais das grandes indústrias e empresas por mão-de-obra especializada, além de querer promover movimentação econômica por meio da educação particular e garantir financiamentos de organizações internacionais, uma série de políticas educacionais – sistema de ciclos, educação inclusiva, EaD, dentre outras – foram implantadas no Brasil principalmente a partir de 1994. No que diz respeito à educação profissional e tecnológica (EPT), a determinação econômica é ainda mais intensa e afuniladora para objetivos cada vez mais técnicos (OLIVEIRA e VIANA, 2012).

Na década de 2000, a EaD brasileira fortaleceu-se nos níveis de graduação e pós-graduação *lato-sensu*. Na segunda década do século XXI, num processo iniciado no governo de Luíz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e expandido por Dilma Rousseff (2011-2014), a EaD é estendida também para a EPT.

Na história da EPT brasileira, as escolas de aprendizes artífices passaram por algumas expansões: Escola Agrícola Familiar (EAF), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e, atualmente, Institutos Federais (IF). Tais ampliações significaram redefinições de papel e autonomia política da escola embasadas no momento econômico. Também, a partir da década de 1940, o Sistema S de ensino técnico tem sido expandido. Composto por SENAI, SENAC, SENAR e outros S, tal sistema diferencia-se especialmente da rede federal por não ofertar a maioria dos seus cursos de forma gratuita. Dentro desse contexto de evolução da EPT, foi criada a Rede e-Tec.

A Rede e-Tec, criada primeiramente em 2007 com o nome Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec), faz parte hoje do PRONATEC¹ e caracteriza-se exclusivamente pela oferta de cursos técnicos e tecnológicos a distância. Tal Rede foi criada sob o discurso da necessidade de se democratizar o acesso à EPT, bem como interiorizá-la para áreas periféricas do país:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação

a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública

e gratuita no País.

Art. 3º São objetivos da Rede e-Tec Brasil:

I - estimular a oferta da educação profissional e tecnológica, na modalidade a distância, em rede nacional;

II - expandir e democratizar a oferta da educação profissional e tecnológica, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas; (BRASIL, 2011, p. 01)

Para regulamentar a implantação da Rede e-Tec, um dos documentos homologados foi a Resolução nº 18/2010 (BRASIL, 2010). Tal resolução estabelece orientações e diretrizes a respeito dos cargos e de suas atribuições dentro da rede. De acordo com esse documento, a estrutura organizacional-pedagógica diretamente atuante em sala de aula é composta pelo professor-pesquisador e tutores, compondo um trio piramidal professor → tutor → aluno.

O que se propõe para essa comunicação é uma análise pedagógica da resolução supracitada em contraposição às concepções definidas para os Institutos Federais (IF), a fim de identificar as relações existentes entre a estrutura organizacional-pedagógica da Rede e-Tec e o alcance dos objetivos propostos para os IF, pois, a arquitetura pedagógica proposta não parece propiciar uma articulação entre conteúdo, método e forma, de maneira a favorecer uma ação docente que busque a formação integral do aluno.

Pautados no referencial teórico da Teoria Histórico-Cultural (THC), buscamos por meio de uma análise dialética explicar o que de fato representa a referida arquitetura pedagógica nos seus objetivos, a partir de dois atores considerados principais nessa arquitetura: professor-pesquisador e o tutor.

¹ Programa nacional que integra a Rede e-Tec e oferta cursos técnicos nas modalidades subsequente e livre presenciais e a distância. Para saber de toda amplitude do PRONATEC, acesse <http://pronatec.mec.gov.br/>

2. A REDE E-TEC EM RELAÇÃO ÀS CONCEPÇÕES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Com a criação dos Institutos Federais (IF), novos acordos, novos direitos e novos deveres foram articulados a fim de alcançar também novos objetivos. Em 2010, um documento redigido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica descreveu as novas concepções para os IF:

Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador; (...) em especial da educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados. (BRASIL, 2010, p. 3; 14)

Desde a segunda metade do século XX existe a reivindicação pela superação da dualidade estrutural que ainda vige na EPT. Documentos importantes como os Decretos 2.208/94 e 5.154/04 demonstram o vai-e-vem dessa reivindicação. Com os IF, a concepção de educação integrada foi formalizada, conforme observamos na citação acima.

A formalização da EPT como uma educação omnilateral é fruto de árduos embates contra a excessiva formação técnica em detrimento da formação humana que historicamente tem marcado a existência da EPT no Brasil:

A história do ensino médio no Brasil é a história do enfrentamento da ambigüidade de um nível de ensino que oscila entre as finalidades de promover a educação geral e a educação profissional, ora separadas, ora articuladas, ao sabor das políticas públicas de cada período.

Ao longo do século vinte, no Brasil, a par da escola de formação geral, foi se desenvolvendo extensa e diversificada oferta de educação profissional com o intuito de atender às demandas decorrentes da expansão dos setores industrial, comercial e de serviços, que se intensificou a partir dos anos 40. Esta expansão, determinada pelo movimento do mercado para atender a necessidades definidas de formação profissional especializada, se dá de forma caótica, sem responder a uma política definida de educação profissional. (KUENZER, 2009, p. 09)

Portanto, apesar de constar nos documentos oficiais a superação da dualidade entre técnico e humano, é preciso analisar o que vem acontecendo na realidade dentro das escolas com o intuito de assegurar o direito à uma educação emancipadora também àqueles que cursam a EPT. Constar nos textos oficiais o direcionamento da superação não implica que de fato isso esteja ocorrendo.

Nesse contexto histórico de embates afim de romper com a educação elitista e dicotômica instaurada desde o início do século XX no Brasil, a ideia de EPT para atender as necessidades do mercado tem sido consolidada nas diferentes esferas, públicas e privada, mesmo constando o contrário nos documentos oficiais. O Parecer nº 39/04 (BRASIL, 2004) revela os indícios das diferenças entre discursos e práticas na questão da articulação entre formação técnica e humana.

A intenção desse breve relato é de relevar o contexto em que se instaura as políticas de EaD dentro da EPT. A Rede e-Tec foi instaurada em 2007 sem que ainda não tivessem sido consolidadas na prática as conquistas de emancipação da EPT.

O Decreto 5.622/05, regulamentador da EaD brasileira, destaca no seu artigo 3º que a “criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas a distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional” (BRASIL, 2005, p. 02). Se todos os níveis de EaD têm que observar a legislação nacional vigente para o nível educacional em que se instaura, conclui-se que a EPT a distância tem que buscar alcançar o que vige nessas concepções, leis e decretos desse nível de ensino. Portanto, cabe a Rede e-Tec também articular conteúdos, métodos e formas a fim de alcançar a tal formação integral do cidadão-trabalhador vigente nos documentos supracitados.

A Rede e-Tec é um dos programas componentes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC)². Tal programa foi constituído sob o argumento da necessidade de ampliação da oferta de vagas de cursos técnicos gratuitos a fim de democratizar o acesso à EPT. Para intensificar ainda mais o processo de aumento dessas vagas, foi criada a Rede e-Tec. À Rede e-Tec cabe a responsabilidade pela oferta de cursos exclusivamente à distância. As entidades que integram esse programa são, além da Rede Federal, escolas estaduais de nível técnico, sistema S e até ONGs e escolas privadas de ensino profissional (BRASIL, 2011).

Por um lado, com tantas entidades envolvidas, obviamente que a oferta de vagas foi ampliada. Por outro lado, vemos a consolidação, de uma prática contraditória com o regime legal que, por sua vez, mantém a oferta da EPT desarticulada da formação geral, somente focada em competências técnicas, haja vista a forte presença de escolas do sistema S e outras entidades privadas.

A Rede e-Tec tem ajudado significativamente a expandir o número de vagas da EPT; por outro lado, tem sido uma expansão contraditória à legislação atual que deveria ser de preferência por cursos integrados de formação ampla e integral. A maioria dos cursos ofertados pela Rede e-Tec tem sido na modalidade subsequente. De acordo com dados do censo 2011 (INEP, p. 30), as matrículas referentes ao nível integrado representam a minoria, enquanto os níveis concomitante e subsequente representam 43,6% do total das matrículas. Desses, 55% são ofertados pela rede privada.

Além disso, a recomendação do governo para a EaD nos seus documentos base, apresenta discurso incoerente e com indícios reducionistas das propostas a serem executadas pela EaD:

A Educação a Distância é uma modalidade de educação oferecida por instituições educacionais públicas ou privadas, que, através de Projeto Pedagógico apropriado e utilizando meio de comunicação principalmente não presencial, contribua para a

² Para acessar a lei completa, acesse <http://pronatec.mec.gov.br/>

aquisição de competências que promovam o pleno desenvolvimento do educando, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania. (BRASIL, 2002, p. 30)

A palavra competências se refere diretamente a um ensino pautado em metas. Barreto (2006) faz análise do discurso de alguns documentos referentes à EaD no Brasil e alerta para o uso sutil de palavras como 'flexibilidade', 'emergencial' e 'tutoria', que, associadas ao tom de lamentação, vão dando pistas que nos levam a concluir que, na prática, o interesse dessas políticas se reduz à democratização do acesso, não contemplando um ensino de qualidade voltado para a formação integral.

A EaD, mesmo com flexibilidades temporais e locais, e formas diferenciadas de comunicação, pode ser apresentada como uma modalidade de ensino que busque o desenvolvimento humano e profissional, desde que apoiada num Projeto Pedagógico que se apoie em concepções pedagógicas correspondentes para tal. A postura pedagógica que é posta desde a preparação dos projetos de curso, bem como sua consolidação na prática da sala de aula, é que vão determinar alterações nas formas de articulação entre conteúdos e métodos de maneira a contribuir com a formação emancipadora dos alunos (WACHOWICS, 1989). As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são coadjuvantes que influenciam essa forma, mas não a determina.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o tecnicismo que está presente nos cursos a distância também está nos presenciais porque a raiz está nas políticas nacionais, não nas TIC: padronização de materiais didáticos, padronização de resultados, meritocracia e desprofissionalização docente (FREITAS, 2011). Não é portanto, o fato de acontecer a distância que leva ao tecnicismo, mas sim as concepções originais da educação que são desencadeadas para todos os níveis e formas de educação formal no Brasil.

Na referida resolução, o professor da turma é chamado de professor-pesquisador. No documento aparece uma lista com dezesseis atribuições para este profissional, sendo apenas uma delas diretamente ligada ao ensino: “realizar as atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;” (BRASIL, 2010). As demais referem-se a um misto de pesquisa para desenvolver metodologias de ensino a distância, metodologias para criação de materiais didáticos, promover eventos, pesquisas para criação de novos cursos, dentre outras tarefas.

Aparentemente, a lista de atribuições do professor-pesquisador parece interessante na medida em que usa o discurso da relação entre pesquisa e ensino. Entretanto, ao analisá-las, é possível notar que as pesquisas não são focadas em como se dá a articulação entre métodos e formas para o desenvolvimento do aluno nesses cursos, mas sim em pesquisas para planejamento de ampliação da oferta de maneira mais rentável:

- Adequar e sugerir modificações na metodologia de ensino adotada, bem como conduzir análises e estudos sobre o desempenho dos cursos; - Elaborar proposta de implantação dos cursos e sugerir ações necessárias de suporte tecnológico durante o processo de formação;
- Desenvolver, em colaboração com a equipe da IPE, metodologia para a utilização nas novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) para a modalidade a

distância; - Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia de materiais didáticos para a modalidade a distância; - Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino na esfera de suas atribuições, para encaminhamento às secretarias do MEC; - Organizar os seminários e encontros com os tutores para acompanhamento e avaliação do curso; - Encaminhar ao coordenador de curso a frequência dos cursistas. (BRASIL, 2010, p. 03)

No uso de palavras como 'desempenho' e 'avaliação', além de outras expressões, há a forte presença de elementos meritocráticos de fiscalização e controle, baseados somente em resultados quantitativos para avaliar cursos, professores e tutores. Não se fala em formação pedagógica, apenas formação técnica para melhor utilização das TIC. Além disso, não podemos deixar de dizer que a lista completa com as dezesseis atribuições não é passível de ser cumprida por um professor que não foi contratado exclusivamente para estas atividades. Sabendo que os professores da Rede e-Tec são remunerados mediante sistema de bolsas (BRASIL, 2010), sem qualquer vínculo empregatício, é inconcebível que consigam realizar todas essas atividades conjugadas com suas atividades do ensino regular. No que se refere ao ensino, esse professor tem papel reduzido à exposição de conteúdo.

No caso dos tutores, a questão pedagógica é ignorada desde os requisitos iniciais desse profissional: "(...) para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível médio e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério" (BRASIL, 2010, p. 02).

Analisando algumas das atribuições do tutor podemos compreender um pouco mais:

- assistir aos alunos nas atividades do curso; - mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas; - apoiar o professor da disciplina nas atividades do curso; - acompanhar as atividades do ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA); - elaborar os relatórios de desempenho dos alunos nas atividades. (BRASIL, 2010, p. 04)

As atribuições supracitadas, quando relacionadas, demonstram que o tutor realiza atividades tipicamente de docência. Diversos autores (SILVA e SANTOS, 2007; FURQUIN, 2010; BRAHIM, 2012) afirmam que os tutores colocados na EaD vigente são postos a exercer funções de professor, e por falta de formação, conteúdo e dentro da tal estrutura geral, não as executa com qualidade.

Segundo Libâneo e Fichtner (2012), o papel do professor num foco de educação para o desenvolvimento humano é mediar o tempo todo. Para isso, esse profissional deve acompanhar sistematicamente as falas do aluno, o que ele escreve nas tarefas, como as executa, assim, vai identificando pontos a serem redirecionados para alimentar uma espiral de construção junto com o aluno. Se o tutor da Rede e-Tec assiste o aluno nas atividades, acompanha-as e procura mediar o conteúdo, então, podemos dizer que na prática tutor é professor.

A figura do tutor torna-se, paradoxalmente, a mais e a menos importante. A mais importante porque é ele quem vai estar perto do aluno podendo intervir e mediar para ajudar o aluno com sua aprendizagem; e a menos importante porque, legalmente, não é

professor nem na estrutura que está inserido e nem na formação, conseqüentemente, nem no salário.

Zuin (2006) também afirma que “o tutor não pode simplesmente absorver os conhecimentos transmitidos pelos professores (...), mas sim, ousar saber, o que implica a não aceitação passiva dos conhecimentos obtidos, mas sim o questionamento destes mesmos conhecimentos”. Na perspectiva do documento em análise, é incoerente uma pessoa apenas com Ensino Médio exercer as atividades propostas sendo que, para isso, é necessária formação científica do conteúdo que se ensina. Sem falar na desconsideração dos preceitos pedagógicos que julgaram vir embutidos em um ano de experiência no magistério. Conforme observaram Oliveira e Viana (2012), há uma presente desvalorização do professor no que se refere à sua atuação na EPT.

Por outro lado, se analisarmos sob o foco da abordagem comportamental, pode-se chegar a conclusão de que seja possível sim o tutor realizar tais tarefas. Baseado num regime de treinamento ou de aquisição de competências, é possível compor uma rede de materiais padronizados, com questionários de múltiplas escolhas, de modo que o tutor possa se reduzir a fazer correções e informá-las aos alunos. Parece ser essa a abordagem do governo.

Estando na Coordenação de Tutoria do Programa e-Tec Brasil, posso afirmar que disciplinas técnicas como, por exemplo, Tecnologia de Extração e Tratamento do Caldo e Tecnologia da Fabricação de Açúcar têm seu desenvolvimento insuficiente devido à especificidade do assunto e a falta de tutor que o domine. Quando o tutor não domina o assunto, ele mesmo relata que se restringe a corrigir apenas questionários objetivos acompanhados do gabarito. Eles não se arriscam em desenvolver discussões *online* ou ajudar em fóruns dissertativos. Dessa maneira, a aula se reduz, quase sempre, à postagem dos conteúdos pelo professor e a realização das atividades pelo aluno, não havendo momentos de discussão e construção dos conceitos que compõem o conteúdo. É, portanto, um ensino instrumental e programado a fim de ensinar, de modo raso, competências específicas, não um desenvolvimento integral dos alunos.

3. O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO

De acordo com Teoria Histórico-Cultural (THC), todo tipo de conhecimento que temos foi construído de maneira mediada. Nos relacionamos com a natureza de forma mediada pela linguagem, por signos e instrumentos (VYGOTSKY, 1991). A cultura, nessa perspectiva, é construída historicamente e socialmente com os conhecimentos que são transmitidos de geração em geração. Dessa forma, a THC valoriza os conteúdos científicos pela sua construção histórica, por ser, por meio deles, que o intelecto humano se desenvolve.

Nesta abordagem, a mediação do professor não se resume a ponte para que se faça transmissão direta de conteúdos. O papel do professor é de mediador do pensamento. É seu papel ensinar os alunos a aprenderem a pensar por meio de uma relação social que se estabelece em sala para estudar determinado assunto.

Na Metodologia da Mediação Dialética (MMD),

o professor, inicialmente, depreende a contradição entre as representações dos alunos (resgatando/registrando) e o conteúdo de ensino e, em seguida, transforma a contradição em atividades problematizadoras para proporcionar ao aluno a oportunidade de perceber a contradição e, assim, superá-la. (OLIVEIRA, ALMEIDA e ARNONI, 2007, p.170)

Dessa forma, o desenvolvimento do pensamento se dá em aprender a analisar contradições, relações e elaborar sínteses. Para isso, é preciso uma formação contínua acompanhada pelo intelectual professor.

O fato da estrutura piramidal professor → tutor → aluno separar professores e aluno exclui o professor de relacionar-se com regularidade com seus alunos. Mesmo que a exposição do conteúdo pelo professor seja marcada pelo diálogo, esse momento aula não será suficiente para a construção do conhecimento pelo aluno. Seria necessário continuar em construção juntos nas atividades, nas conversas em sala, apresentando novas contradições e alimentando um processo de construção de conceitos, não de memorização de definições.

O intermédio do tutor, como é hoje, fragmenta uma formação que deveria ser integrada e integral. Primeiro, porque o tutor não tem domínio do conteúdo; segundo, porque não tem formação pedagógica para ensinar. Mesmo obedecendo a regra de um ano de experiência no magistério posta na Resolução Nº 18/10, o tutor não tem fundamentos teóricos pedagógicos que lhes dê suporte para exercer uma MMD em função de uma formação integral.

É ressaltada nessa teoria a importância da mediação docente para o desenvolvimento intelectual dos alunos, independente do tipo de educação. A mediação pedagógica não pode então ser entendida apenas como interação entre os alunos. Ela é muito mais do que isso, haja vista as intervenções direcionadas realizadas pelo professor a fim de levar o aluno a pensar. Logo, em qualquer forma de EaD, não basta garantir infraestrutura tecnológica de última geração que permita a todos se comunicarem. A mediação sugere, ainda, “que o professor faça uso significativo da linguagem, pois, não é a linguagem em si que faz a diferença, mas o uso da linguagem como instrumento do pensamento” (Kozulin e Presseisen, 1992, apud FERREIRA, 2010, p. 84). É preciso depreender tempo de planejamento e aula. É preciso professor preparado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação do uso das tecnologias nos meios sociais não implica necessariamente num bom uso pedagógico de equipamentos. Segundo Peixoto (2010), o domínio técnico de um aparato tecnológico não é suficiente para usá-lo enquanto aluno ou professor.

Supõe-se que a EaD, independente do nível de ensino, para além de uma concepção que acentua processos de instrução mecânicos, envolve um processo de ensino-aprendizagem mediado também por tecnologias implicando uma mediação pedagógica específica, não uma mudança do conceito do que é professor e nem da desvalorização do seu papel.

Por meio de nossa pesquisa e pelas pesquisas já realizadas sobre o ensino profissional e sobre a EaD, podemos dizer que as ações do MEC, referente à Rede e-Tec, demonstram objetivar apenas a formação pragmática e imediatista de forma a atender as demandas de mão-de-obra e os índices de matrículas para manter os financiamentos internacionais. Aproxima-se muito mais de ações neoliberais, caracterizadas por fortes indícios da pedagogia comportamental do que de ações desenvolvimentais.

Para a Rede e-Tec se voltar para o desenvolvimento integral do aluno, seria necessário mudar a lógica estrutural que fundamenta o trabalho docente dessa rede. É necessário rever o número de alunos que da sala virtual, assim como é imprescindível rever a figura do tutor, características diretamente relacionadas. O tutor surge como profissional 'mais econômico' para dar suporte ao grande número de alunos que o governo insiste em colocar nas salas de aula virtuais.

Da forma que está posto hoje, é incontestável a incoerência da formação da Rede e-Tec com as concepções de formação ampla e integral recomendadas pelas diretrizes nacionais do ensino profissional da Rede Federal. Trata-se de um olhar crítico em toda a estrutura organizacional e pedagógica que envolve a ampliação da EPT por meio da EaD a fim de buscar identificar fatores e condições que possam contribuir para ações pedagógicas mais efetivas para a formação de integral dos egressos dos cursos *online*.

5. BIBLIOGRAFIA

1. AKKARI, A. (2011) Internacionalização das Políticas Educacionais: Transformações e desafios. Petrópolis: Vozes.
2. BARRETO, R. G. (2006) Política de Educação a Distância: a flexibilização estratégica. In: LOPES, A. C. e MACEDO, E. (orgs.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez Editora.
3. BRAHIM, A. C. S. M. (2012) O processo de tutoria na EaD: uma prática pedagógica articulada à luz da Teoria Histórico-Cultural. Revista Intersaberes vol.7 n.13, p. 29 – 45. jan. – jun.
4. BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 41 de 23 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio.
5. BRASIL. Decreto nº 7.589 de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm#art9
6. BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm
7. BRASIL. Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n 9.394.
8. BRASIL Resolução nº 18 de 16 de Junho de 2010. Estabelece orientações e diretrizes para concessão e pagamento de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Sistema Escola Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil).
9. BRASIL. Um Novo Modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e Diretrizes. 2010.
10. FERREIRA, J. M. (2010) Mediação Pedagógica na Educação a Distância: Possibilidades a Partir das Contribuições da Abordagem de Reuven Feuerstein. UFU: Dissertação de Mestrado.
11. FICHTNER, B. (2012) O Conhecimento e o Papel do Professor. In.: LIBÂNEO, J. C; ALVES, N. (orgs.) Temas de Pedagogia: Diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez Editora.

12. FREITAS, L. C. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? III Seminário de Educação Brasileira promovido pelo CEDES no Simpósio PNE: Diretrizes para Avaliação e Regulação da Educação Nacional, fevereiro. 2011.
13. FURQUIM, L. A. C. V. (2010) O papel pedagógico do tutor de EAD: Uma abordagem bibliométrica baseada no Banco de Teses da Capes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.
14. INEP (2011) Censo – Resumo Técnico. Disponível em Acesso em 14 de fevereiro de 2013.
15. KUENZER, A. (2009) O ensino médio para os que vivem do trabalho: formar para inclusão subordinada? Congresso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, Río de Janeiro, Brasil.
16. LIBÂNEO, J. C. (2006) Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens? In: LOPES, Alice C. e MACEDO, Elizabeth (orgs.). Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez Editora.
17. LIBÂNEO, J. C. (2011) Didática e Trabalho Docente: a mediação didática do professor nas aulas. In: LIBÂNEO, J. C.; SUANNO, M. V. R.; LIMONTA, S. V. (orgs.) Concepções e Práticas de Ensino num Mundo em Mudança. Goiânia: CEPED/PUC Goiás.
18. OLIVEIRA, E. M.; ALMEIDA, J. L. V.; ARNONI, M. E. B. (2007) Mediação Dialética na Educação Escolar: teoria e prática. Edições Loyola. São Paulo.
19. OLIVEIRA, M. R. N. S.; VIANA, I. C. (2012) Políticas de Educação Profissional no Mundo Globalizado: O Caso Brasileiro - Abordagem Comentada. Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.43-62, mai./ago.
20. SILVA, M.; SANTOS, E. (2007) **Entrevista com os Professores Marco Silva e Edméa Santos**. Revista Paidéi@.
21. VYGOTSKY, L. S. (1991) Internalização das funções psicológicas superiores. In: VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes.
22. ZUIN, A. A. S. (2006) **Educação a distância ou educação distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual**. Revista Educação & Sociedade. Vol.27. Nº96. Campinas. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000300014>
23. WACHOWICS, L. A. (1989) **O Método Dialético na Didática**. Papyrus Editora.